

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA
UNIR - *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E
CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ELIETE DA PENHA BAGATOL BREDAS

**ANÁLISE DOS REFLEXOS TRIBUTÁRIOS DA LEI COMPLEMENTAR
Nº. 123/2006 - SIMPLES NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo

Cacoal
2008

ELIETE DA PENHA BAGATOL BRED A

**ANÁLISE DOS REFLEXOS TRIBUTÁRIOS DA LEI COMPLEMENTAR
Nº. 123/2006 - SIMPLES NACIONAL**

Artigo apresentado à Fundação
Universidade Federal de Rondônia,
Campus de Cacoal, como requisito
parcial para obtenção do Título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira

Cacoal
2008

**ANÁLISE DOS REFLEXOS TRIBUTÁRIOS DA LEI COMPLEMENTAR
Nº. 123/2006 - SIMPLES NACIONAL**

Por

ELIETE DA PENHA BAGATOL BREDAS

**Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal
de Rondônia, Curso de Ciências Contábeis, para
obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis,
mediante a Banca Examinadora, formada por:**

Presidente

Profa. Ms. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira - Orientadora/UNIR

Membro

Profº. Ms. Wellington Silva Porto - UNIR

Membro

Profa. Ms. Suzenir Aguiar da Silva Sato - UNIR

**Cacoal
2008**

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo Wily Robson Américo Ribeiro, que durante todo tempo teve paciência principalmente nas horas de dificuldade, pelas angústias e preocupações que passou por minha causa, pelo amor, carinho e estímulo que me ofereceu.

ANÁLISE DOS REFLEXOS TRIBUTÁRIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006 - SIMPLES NACIONAL

Eliete da Penha Bagatol Breda¹

RESUMO: O presente artigo explora inicialmente as formas de tributação das pessoas jurídicas no Brasil, o universo da micro e pequena empresa brasileira tratando da questão de sua definição e classificação. Evidencia sua importância econômico-social, identifica os principais fatores que exercem influência sobre sua mortalidade e relata o contexto histórico na busca do tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas. O artigo foi desenvolvido com o objetivo geral de analisar se a Lei Complementar nº. 123/2006, que instituiu o Simples Nacional proporcionou redução de carga tributária nas micro e pequenas empresas, comparando as duas modalidades de tributação o Simples Federal e o Simples Nacional, demonstrando os reflexos tributários de ambos nos resultados. O tipo de pesquisa adotado foi de pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, publicações na internet, legislação específica e estudo de caso na empresa Trilha Comércio de Calçados e Confecções LTDA-ME. O Simples Nacional foi criado com objetivo de reduzir a carga tributária nas micro e pequenas empresas, como também traz inovações que proporcionam a desburocratização no cumprimento das obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciária; mais facilidade no acesso ao crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas licitações públicas, à tecnologia, e ao associativismo, estimulando assim, a redução da informalidade. Baseando-se em dados fornecidos pela empresa analisada, concluiu-se que, a opção pelo Simples Nacional proporcionou redução de carga tributária na empresa em aproximadamente 6,49% e consequentemente refletiu resultado positivo em mais 0,78 % no lucro líquido da empresa.

Palavras-Chave: Micro e pequenas empresas. Carga tributária. Simples Nacional.

INTRODUÇÃO

Essenciais para a economia brasileira, as microempresas e empresas de pequeno porte desempenham um papel cada vez mais importante na sociedade.

Além de responderem pela maioria das empresas no país, constituem-se em importante fronteira de emprego, contribuindo muito para o bem-estar econômico e social da nação. Elas estão diretamente envolvidas com o desenvolvimento local e regional, sendo responsáveis pela produção de uma parte substancial dos bens e serviços nacionais, geram emprego, introduzem inovações, estimulam a competição, auxiliam as grandes empresas, e produzem com eficiência.

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR *campus* de Cacoal, sob a orientação da Profa. Ms. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira.

Apesar de exercer essa importante função social, as micro e pequenas empresas ainda enfrentam problemas que dificultam a continuidade dos negócios e a competitividade. A alta carga tributária é um desses fatores. E o excesso de tributação acaba por levar a maioria das empresas, a fechar as portas ou ir para a informalidade.

Reconhecendo essa importância, o Governo Federal tem criado legislações diferenciadas no tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas, com o objetivo de diminuir a informalidade fazendo com que as mesmas assumam seu compromisso social de ente econômico.

As microempresas necessitam de incentivos do Governo Federal para poderem sobreviver no mercado, principalmente no âmbito tributário, visto que a carga tributária brasileira vem aumentando a cada ano, dificultando a vida dos pequenos empreendimentos e tornando o sistema tributário um dos mais complexos e onerosos do mundo.

Neste contexto, a Lei Geral das micro e pequenas empresas foi instituída pela Lei Complementar n.º 123/2006, de 14.12.2006 (DOU de 15.12.2006), o chamado Simples Nacional, em vigor desde 01.07.2007, substituindo o Simples Federal Lei n.º 9.317 de 5 de dezembro de 1996, modificando o Estatuto Nacional das Micro e Pequenas Empresas, Lei n.º 9.841 de 5 de outubro de 1999, com o objetivo de amenizar a carga tributária dessas empresas a fim de proporcionar ao pequeno empresário o incentivo e fortalecimento dos pequenos negócios.

O objetivo deste trabalho foi de analisar se a Lei complementar n.º. 123/06 proporcionou redução de carga tributária para as micro e pequenas empresas, bem como comparar as duas modalidades de tributação o Simples Federal e o Simples Nacional, demonstrando os reflexos tributários de ambos nos resultados da empresa Trilha Comércio de Calçados e Confecções LTDA ME. Teve como objetivos específicos, conceituar microempresa e empresas de pequeno porte; identificar as principais inovações trazidas pela lei do Simples Nacional para as empresas optantes; elaborar demonstrativos de cálculo dos impostos pelo Simples Federal e Simples Nacional, visando à análise comparativa no cálculo dos impostos, demonstrando se a nova modalidade de tributação reduziu ou aumentou a carga tributária da empresa pesquisada; e contribuir disponibilizando os resultados obtidos na pesquisa para os micro e pequenos empresários da região.

O presente trabalho justifica-se pela importância da análise de um estudo de caso com a nova sistemática tributária para as microempresas e empresas de pequeno porte, visando averiguar se a Lei Complementar n.º. 123/2006 proporcionou redução ou aumento de carga

tributária nas empresas e quais os reflexos nos resultados, tomando por base uma microempresa.

Diante das modificações criadas pelo novo Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa, fica evidenciada a importância do conhecimento aprofundado da Lei Complementar nº. 123/2006 pelos pequenos empresários, profissionais contadores e administradores e também pelos acadêmicos de Ciências Contábeis e Administração, no desafio de auxiliar os empresários de micro e pequeno porte ao correto enquadramento do regime fiscal para redução de carga tributária.

Com a vigência da nova lei, surgem os seguintes questionamentos, será que as micro e as pequenas empresas passaram a pagar mais ou menos impostos em relação ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Federal, antigo regime, que ficou em vigor até 06/2007? Quais serão os reflexos na carga tributária e no resultado dessa empresa que optou pela tributação no Simples Nacional?

Para a realização do presente trabalho foi utilizado pesquisa bibliográfica através de livros, artigos científicos, publicações periódicas, publicações na internet e legislação específica. A pesquisa consiste em um estudo de caso, de caráter qualitativo, feito na empresa Trilha Comércio de Calçados e Confecções LTDA ME, empresa com sede em Cacoal/RO, optante pelo Simples Nacional.

O método utilizado para o desenvolvimento da pesquisa foi o indutivo e a técnica a de levantamento documental. Foram fornecidos pela empresa pesquisada, visando a coleta dos dados os demonstrativos contábeis, os relatórios de faturamento e relatório do ICMS diferencial de alíquota, para possibilitar a elaboração de tabelas comparativas e gráficos dos resultados obtidos no cálculo dos impostos do Simples Federal e do Simples Nacional, e as Demonstrações do Resultado do Exercício referente ao período de 07/2007 a 03/2008.

1 TRIBUTAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS NO BRASIL

O sistema tributário brasileiro é conhecido pela sigla STN - Sistema Tributário Nacional, sendo estruturado pela primeira vez em 1965. Em 25 de outubro de 1966, surgiu o Código Tributário Nacional, que foi o primeiro documento que buscava estruturar o sistema tributário brasileiro de acordo com as políticas econômicas e que serviu de base para fins de imposição tributária (ANDRADE, 2007a).

Segundo Musgrave (*apud* WIKIPÉDIA, 2008), “entende-se por Sistema Tributário como sendo o complexo orgânico formado pelos tributos instituídos em um país ou região autônoma e os princípios e normas que os regem”.

Conforme dispõe o art. 2º o Código Tributário Nacional - CTN (RECEITA FEDERAL, 1966):

O Sistema Tributário Nacional é regido pelo disposto na Emenda Constitucional n.º 18, de 1º de dezembro de 1965, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal, e nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições, em leis estaduais e em leis municipais.

Diante de um sistema tributário complexo, e a quantidade de tributos existentes no Brasil, o estado brasileiro onera ainda mais o custo tributário das micro e pequenas empresas, fazendo com que elas diminuam a competitividade no mercado (CORRÊA, 2004).

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT em 2008, a carga tributária atingiu o percentual de 36,08% do PIB em 2007, o índice mostra que houve um aumento de 1,02 pontos percentual em relação ao ano anterior, que foi de 35,06% do Produto Interno Bruto (PIB). A carga tributária brasileira vem crescendo ao longo dos anos, tomando como referência os anos de 1996 a 2007, colocando a tributação brasileira entre as maiores cargas tributárias do mundo (IBPT, 2007).

No Brasil as modalidades de tributação previstas na legislação para as pessoas jurídicas são: Simples Nacional, Lucro Presumido, Lucro Real e Lucro Arbitrado (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2008). A legislação tributária brasileira faculta às empresas, em alguns casos, escolherem o regime de tributação do imposto de renda a que se submeterão em cada exercício. A opção feita é aplicável também à apuração da contribuição social sobre o lucro líquido, contribuição ao PIS/Pasep e à COFINS.

2 MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

2.1 Conceito

No Brasil, para definir microempresa e empresa de pequeno porte, obede-se a diferentes critérios de qualificação. O Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas adota o número de empregados formalmente constituídos e a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas adota por base o volume de faturamento.

A Lei Complementar n.º 123/06, de 14.12.2006 (DOU de 15.1.2006) que instituiu o novo regime de tributação para micro e pequenas empresas, o Simples Nacional, e o novo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, considera Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que obtiver em cada ano-calendário, receita bruta de:

Microempresa: o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

Empresas de pequeno porte: o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Os limites de receitas serão sempre mantidos para tributação federal e para os demais dispositivos não tributários da Lei Geral. Para fins de recolhimento do ICMS, os Estados e o Distrito Federal poderão adotar limites diferenciados de acordo com critérios estabelecidos no art. 19 da lei 123/2006. Os critérios estão evidenciados no quadro 1, e sua adoção depende da participação do Estado ou do Distrito Federal no Produto Interno Bruto – PIB (ANDRADE, 2007b).

O quadro 1 evidencia os limites de receitas e participação no PIB dos estados.

QUADRO 1 – LIMITES DE RECEITAS E PARTICIPAÇÃO NO PIB %

| Estados (e respectivos municípios) | Participação do PIB % (Produto Interno Bruto) | Limites |
|--|---|---|
| RO, AC, RR, AP, TO, MA, PI, RN, PB, AL, SE. | até 1% | Poderão adotar o limite de 1,2 milhões de reais para as pequenas empresas. |
| AM, PA, CE, PE, BA, ES, SC, MT, MS, GO e DF. | de 1% até 5% | Poderão adotar o limite de 1,8 milhões de reais para as pequenas empresas. |
| MG, RJ, SP, PR e RS | Igual ou superior 5% | Estão obrigados a adotar todas as faixas da receita bruta ou seja até o limite de 2,4 milhões de reais. |

Sendo assim, os municípios adotarão compulsoriamente o que for estabelecido pelo respectivo estado para o recolhimento do ISS, conforme dispõe o art. 19, § 20 da Lei 123/2006.

O SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas, utiliza o conceito de funcionários nas empresas para classificação das micro e pequenas empresa:

- a) Microempresa, aquela que emprega nos setores de comércio e serviços, até 09 pessoas; nos setores de indústria e construção, até 19 pessoas;
- b) Pequena Empresa, a que detém, nos setores de comércio e serviços, de 10 a 49 empregados, nos setores de indústria e construção de 20 a 99 empregados.

O BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que dispõe de linhas de crédito especiais para micro e pequenas empresas, considera a seguinte classificação:

- a) Microempresas: receita operacional bruta anual até R\$ 1.200 mil (um milhão e duzentos mil reais);
- b) Pequenas Empresas: receita operacional bruta anual superior a R\$ 1.200 mil (um milhão e duzentos mil reais) e inferior ou igual a R\$ 10.500 mil (dez milhões e quinhentos mil reais).

O quadro 2 apresenta as classificações entre os conceitos mencionados, destacando as principais classificações de microempresa e empresa de pequeno porte.

QUADRO 2 – COMPARATIVO DE CONCEITOS DE MPE

| Classificação | Lei 123/2006 | SEBRAE | BNDES |
|---------------------------------|---|--|---|
| Microempresa | Receita Bruta até R\$ 240.000,00 | -Comércio e serviços: até 09 pessoas; -Indústria e construção: até 19 pessoas. | Receita Operacional Bruta anual até R\$ 1.200 mil (um milhão e duzentos mil) |
| Empresa de Pequeno Porte | Receita Bruta superior a R\$ 240.000,00 e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 | -Comércio e serviços: até 10 a 49 pessoas; -Indústria e construção: de 20 a 99 pessoas. | Receita Operacional Bruta Anual superior a R\$ 1.200 mil (um milhão e duzentos mil) e inferior ou igual a R\$ 10.500 mil (dez milhões e quinhentos mil reais) |

Fonte: LEI GERAL; SEBRAE; BNDES.

Como o foco do trabalho é o Simples Nacional, o critério adotado para definir microempresa, será o estabelecido pela Lei Complementar n.º 123/06.

2.2 As micro e pequenas empresas no Brasil

A partir da década de 90, havia uma grande tendência mundial de terceirizar os serviços que menos contribuía para os negócios das grandes empresas. Seguindo essa tendência, as empresas que se instalaram no Brasil também começaram a terceirizar esses serviços, contribuindo a partir de então com o surgimento de pequenas empresas do ramo de segurança patrimonial, limpeza em geral etc. As empresas menores tentando fugir dos altos encargos trabalhistas optaram por demitir os funcionários e começaram a contratar os serviços das micro e pequenas empresas que crescia cada vez mais (INDRIUNAS, 2007).

No Brasil, das 460.000 (Quatrocentos e Sessenta mil) novas empresas que surgem por ano, à maioria delas é micro e pequenas empresas. Dessas 80% estão no ramo de comércio e serviços (INDRIUNAS, 2007).

O desemprego também contribui para o surgimento das micro e pequenas empresas, pois segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o desemprego no Brasil gira em torno de 14%. Essa grande massa de desempregados contribui para o surgimento dos pequenos empreendimentos no Brasil (INDRIUNAS, 2007).

2.3 Representatividade das micro e pequenas empresas na economia brasileira

As microempresas e as empresas de pequeno porte exercem importante papel dentro da estrutura produtiva da economia brasileira, em função do grande número de empresas existentes e do expressivo volume do pessoal ocupado.

Segundo Sebrae (2005, p.11), “em 2002, as micro e pequenas empresas responderam por 99,22% das empresas brasileiras formalmente constituídas, por 57,2% da ocupação de mão-de-obra na atividade econômica e por 26% da massa salarial”. Esses números mostram que as micro e pequenas empresas, são responsáveis por gerar e empregar milhares de pessoas no país, possuindo importante papel no desenvolvimento social no país.

No Brasil, as empresas formais constituem cerca de 5 milhões, e as informais são cerca de 10,3 milhões de empresas. Das empresas informais, uma grande quantidade são de micro e pequenas empresas. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, revelam que a informalidade atingiu cerca de 50,4% da população economicamente ativa do Brasil em 2005 (*apud* VIZIA, 2006).

2.4 Mortalidade das micro e pequenas empresas

Apesar da existência de legislação específica que busca o tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas e os organismos voltados para o incentivo à criação e o desenvolvimento desses pequenos empreendimentos, como o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas, as microempresas e empresas de pequeno porte ainda enfrentam problemas que impedem seu desenvolvimento empresarial. As leis de mercado, a excessiva burocracia ainda presente e, principalmente, a alta carga tributária, ainda impõem barreiras à sobrevivência das micro e pequenas empresas (BOMFIM, 2006).

Alfeu (*apud* Garrafiel, 2006) comenta que:

Os fatores da grande mortalidade das empresas incluem o excesso de tributação, a falta de condições de acesso ao crédito, à dificuldade de venda aos governos, a não disponibilidade de recursos para inovação e tecnologia, o excesso de burocracia para abertura e o fechamento de empresas e a deficiência nos aspectos de gestão dos empreendimentos.

Os estudos e pesquisas realizados por organismos especializados como IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada apresentam características comuns nesse segmento de empresas que também contribuem para o quadro de dificuldades:

Baixa intensidade de capital; altas taxas de natalidade e de mortalidade: demografia elevada; forte presença de proprietários, sócios e membros da família como mão-de-obra ocupada nos negócios; poder decisório centralizado; estreito vínculo entre os proprietários e as empresas, não se distinguindo, principalmente em termos contábeis e financeiros, pessoa física e jurídica; registros contábeis poucos adequados; contratação direta de mão-de-obra; utilização de mão-de-obra não qualificada ou semiqu qualificada; baixo investimento em inovação tecnológica; maior dificuldade de acesso ao financiamento de capital de giro; e relação de complementaridade e subordinação com as empresas de grande porte (IBGE, 2003).

Estudos e pesquisas realizadas pelo Sebrae e Instituto Vox Populi no primeiro semestre de 2007, têm demonstrado que a alta carga tributária nas microempresas e empresas de pequeno porte é apontada pelos empresários como uma das principais causas da mortalidade precoce das empresas.

O quadro 3, demonstra as principais causas de mortalidade precoce das micro e pequenas empresas, segundo a pesquisa realizada pelo Sebrae e Instituto Vox Populi em 2007.

QUADRO 3 – CAUSAS PARA O FECHAMENTO DAS EMPRESAS - EMPRESAS EXTINTAS

| | |
|---|------------|
| Falta de Clientes | 29% |
| Carga tributária\encargos\impostos | 22% |
| Falta de capital de giro | 13% |
| Divergências com sócio\proprietário | 11% |
| Dificuldade financeira | 11% |
| Falta de conhecimento da área de gestão | 10% |
| Baixo lucro | 8% |
| Má localização da empresa | 6% |
| Desinteresse na continuação do negócio | 6% |
| Falta de profissional\mão-de-obra qualificada | 5% |
| Maus pagadores\inadimplência | 5% |
| Concorrência | 5% |
| Burocracia | 4% |
| Crise econômica do país | 4% |
| Falta de crédito | 1% |
| Desconhecimento do Mercado | 1% |
| Outras | 2% |
| NS\NR | 2% |
| Base “ | 446 |

Fonte: Sebrae\Vox Populi (2007, p.129).

Outra análise feita pela revista Pequena Empresas & Grandes Negócios de 2007, da mesma pesquisa publicada pelo Sebrae e Instituto Vox Populi, revelam que apesar das grandes dificuldades enfrentadas por essas empresas, a taxa de sobrevivência das micro e pequenas empresas com até dois anos de atividades elevou-se de 50,6% em 2002 para 78% em 2005. Segundo os estudos, a pesquisa identificou diminuição de 55% na taxa de mortalidade dos pequenos empreendimentos, em relação à pesquisa do ano de 2002.

O quadro 4 demonstra uma comparação entre a taxa de mortalidade apurado nos anos de 2002 e 2005, evidenciando a diminuição de mortalidade das empresas, conforme dados apresentados.

QUADRO 4 – TAXA DE SOBREVIVÊNCIA (%)
(EMPRESAS COM ATÉ DOIS ANOS DE ATIVIDADES EM 2005 E 2002)

| ANO | 2005 | 2002 |
|---------------|-----------------------|------------------------|
| BRASIL | 78%(ATIVAS) | 50,6 %(ATIVAS) |
| | 22 %(EXTINTAS) | 49,4%(EXTINTAS) |

Fonte: Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios, ano 2007, p. 114.

Segundo Okamoto (2007, p.114), “Com a Lei Geral, a expectativa é que a taxa de sobrevivência chegue até 80% em dois anos”.

3 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

3.1 Contexto Histórico

A Lei n.º 7.256, de 27.11.84, foi a primeira legislação que procurou buscar tratamento diferenciado às microempresas. Somente com a instituição da Lei n.º 8.941/99, esse tratamento também estendeu-se as empresas de pequeno porte. Nelas, a União deveria proporcionar a essas empresas “tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, no campo administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial” (BOMFIM, 2006).

No Brasil, o embasamento legal para a concessão do tratamento jurídico simplificado e favorecido as microempresas e empresas de pequeno porte, fundamenta-se pelo disposto nos art. 146, inciso III, alínea d, art. 170, inciso IX e art. 179, todos da CF/88.

Art. 146. Cabe a Lei complementar: (EC n.º 42/2003)

III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis trabalhistas e que tem sua sede e administração no País.

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei (CF/88).

Em 1996 é criado o Simples Federal instituído pela Lei n.º 9.317, 05/12/1996, regime de tributação das Micro e Pequenas Empresas que criou o sistema integrado de recolhimento dos Impostos e Contribuições, para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que tinha como base legal o art.179 da CF/88.

Em 1999, houve a criação do Estatuto da Micro e Pequena Empresa, instituído pela Lei n.º 9.841/99, que também trouxe tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas, para facilitar aos pequenos negócios um melhor desenvolvimento empresarial (BOMFIM, 2006).

Em 01 de julho de 2007, foi criada a Lei Geral das micro e pequenas empresas, instituída pela Lei Complementar n.º 123/06, de 14.01.2006 (DOU de 15.01.2006), o chamado Simples Nacional, com o objetivo é amenizar a carga tributária das microempresas e empresas de pequeno porte, e proporcionar ao pequeno empresário o incentivo e fortalecimento dos pequenos negócios e a diminuição da informalidade. E posteriormente a Lei Complementar n.º 127/2007, de 14.08.2007, que aprimorou dispositivos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

4 SIMPLES NACIONAL

Segundo a Lei Complementar n.º 123/06, o Simples Nacional é um Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. O Simples Nacional foi instituído pela Lei Complementar n.º 123/06, de 14.12.2006 (DOU de 15.12.2006), que substituiu a Lei do Simples Federal n.º 9.317 de 5 de dezembro de 1996 e Lei n.º 9.841 de 5 de dezembro de 1.999, estabelecendo o novo Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Segundo Sebrae (2007, p.8), “Batizada de Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, a nova Legislação veio para facilitar a vida dos empreendedores, com benefícios para toda a sociedade”.

O Simples Nacional está em vigor desde 01/07/2007, e sua criação tem como principal objetivo favorecer as micro e pequenas empresas, o incentivo e o fortalecimento dos negócios, procurando amenizar a alta carga tributária que muito afeta os pequenos empreendimentos (SEBRAE, 2007).

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas que instituiu o Simples Nacional trouxe regras novas relativas ao tratamento diferenciado a ser dispensado no âmbito nacional, estadual e Distrito Federal, e municipal as microempresas e empresas de pequeno porte. Esse tratamento diferenciado refere-se em especial ao recolhimento em uma única guia dos oito impostos e contribuições devidos a União, Estados, Distrito Federal e os Municípios, entre outras obrigações. Refere-se também ao acesso ao crédito e ao mercado, tendo preferência nas

aquisições de bens e serviços em licitações públicas; no associativismo, tecnologia e no cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias (SEBRAE, 2007).

A Lei Complementar 123/2006 criou um Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que tem como objetivo gerenciar o tratamento diferenciado e favorecido junto às instâncias a elas vinculadas. Esse comitê é vinculado ao Ministério da Fazenda e será presidido e coordenado por um representante da União. Já os estados e o Distrito Federal, terão seus representantes indicados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e dos Municípios pela entidade representativa das Secretarias de Finanças das Capitais e outro pelas entidades de representação nacional dos Municípios brasileiros. O comitê Gestor também é composto pelo Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, onde participam os órgãos federais competentes e as entidades vinculadas ao setor (ONO; GEOVANINI; OLIVEIRA, 2008).

O Simples Nacional unificou em uma única guia de pagamento oito impostos e contribuições, sendo eles:

- a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ);
- b) Programa de Integração Social (PIS);
- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- d) Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- e) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- f) Imposto sobre Circulação de mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS);
- g) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS);
- h) Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que tratam o art. 22 da lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991 (LEI GERAL, 2006).

As empresas optantes pelo Simples Nacional contribuirão em separado com outros impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais, dentro outros que vierem a ser exigidos pela administração tributária. Mencionados no art. 13, § 1º, da Lei Complementar n.º 123/06, como por exemplo:

- a) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF);
- b) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (IPTR);
- c) Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) ISS devido: a) em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte; b) na importação de serviços (LEI GERAL, 2006).

Em 14 de agosto de 2007, foi instituída a Lei Complementar n.º 127/2007, que aprimorou dispositivos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. De acordo com a revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios (2007), com a instituição da Lei Complementar n.º 127/2007, foi possível a migração de mais de 3 (três milhões) de micro e pequenas empresas ao Simples Nacional.

Segundo Barbosa (2007, p. 8) “A Lei Geral foi uma construção coletiva, portanto um sucesso a ser contabilizado por milhares de pessoas, em primeiro lugar, os próprios empresários”.

4.1 Principais inovações trazidas pela Lei n.º 123/2006 – Simples Nacional

A Lei Complementar n.º 123/2006, que revogou as leis n.º 9.317/1996 e n.º 9.841/1999, traz novas regulamentações para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, bem como normas gerais relativas ao tratamento diferenciado a ser dispensado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A Lei Complementar n.º 123/2006 abrangerá o poder público federal, estadual e municipal; o cadastro será unificado e contará com a integração do registro empresarial e integração dos órgãos envolvidos, possibilitando a inscrição e a baixa da empresa em apenas um único lugar; unificação do recolhimento em uma única guia dos impostos federais, estaduais e municipais de acordo com a lei; e a base de cálculo do Simples Nacional será a média das receitas realizadas nos últimos 12 meses ou poderão optar pela tributação do que entrar efetivamente no caixa da empresa. As micro e pequenas empresas terão suas receitas de exportações isentas de impostos como: PIS, Cofins, CSLL, IPI, ICMS e ISS, além do acesso ao crédito e estímulo a capitalização, à inovação, ao associativismo. As compras governamentais até o limite de R\$ 80.000,00 serão licitadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte (SEBRAE, 2008).

Na justiça trabalhista, a lei Complementar n.º 123/2006 permite que, o empregador seja substituído ou representado por terceiros conhecedores da causa. Quanto a fiscalização, ela será feita primeiramente de maneira orientativa evitando às multas as MPEs na constatação de irregularidades, além de que o fisco permite fazer o parcelamento dos débitos das empresas em até 120 meses (SEBRAE, 2008).

Para Silva (2007, p. 30) “O sentido da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, é facilitar as atividades econômicas do pequeno empreendedor, reduzindo a carga fiscal,

unificando impostos, removendo entraves burocráticos e estimulando, assim, a redução da informalidade”.

5 TRILHA COMÉRCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA - ME

Trilha Comércio de Calçados e Confeções LTDA ME, empresa com sede na Avenida Sete de Setembro, centro, cidade de Cacoal/RO. Tem como principal atividade o comércio de calçados e confecções, possui 02 (dois) sócios administradores e 09 (nove) funcionários. Em atividade desde 14.03.2007, a empresa era optante pelo Simples Federal e a partir de 01.07.2007 passou a optar pelo sistema de tributação do Simples Nacional, com sua contabilidade feita por um escritório de contabilidade da cidade.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE CASO

Para auxiliar o desenvolvimento deste estudo de caso, foram fornecidos pela empresa em análise os demonstrativos contábeis referente ao período de 07/2007 a 03/2008, onde foi possível realizar os cálculos dos impostos nas duas modalidades de tributação, o Simples Federal e o Simples Nacional.

O quadro 5 evidencia a relação de faturamento das vendas do período de 07/2007 a 03/2008 que servirá de base de cálculo dos impostos na empresa em estudo.

Os dados utilizados no quadro 5 foram extraídos do anexo A deste trabalho.

Quadro 5 – RELAÇÃO DE FATURAMENTO/VENDAS DE 07/2007 A 03/2008

| Mês | Vendas | Mês | Vendas | Mês | Vendas |
|---|-----------|---------|----------|---------|----------|
| 07/2007 | 76.531,22 | 11/2007 | 6.290,67 | 03/2008 | 2.282,40 |
| 08/2007 | 9.084,59 | 12/2007 | 7.867,91 | | |
| 09/2007 | 6.540,53 | 01/2008 | 3.810,65 | | |
| 10/2007 | 7.208,75 | 02/2008 | 2.422,33 | | |
| Total de faturamento: 122.039,05 | | | | | |

Fonte: Trilha Comércio de Calçados e Confeções LTDA – ME.

O quadro 6 evidencia o cálculo e o valor do imposto que seria pago na modalidade de tributação do Simples Federal, em vigor até 30/06/2007, do período de 07/2007 a 03/2008,

utilizando a tabela do período de 01.01.2006 até 30.06.2007, Lei n.º 11.307/2006, conforme anexo D deste trabalho. A alíquota a ser aplicada é determinada de acordo com a receita bruta acumulada dentro do ano-calendário em curso, até o próprio mês. O Simples Federal é determinado, por meio da aplicação de percentuais progressivos, incidentes sobre uma única base de cálculo, a receita bruta do mês apurado.

Antes da Lei Complementar n.º 123/2006, o estado de Rondônia não tinha convênio com o Simples Federal, sendo que para o ICMS o recolhimento ocorria em separado. Nas compras de mercadorias para revenda, a empresa recolhia somente o diferencial de alíquota nas operações interestaduais, e na saída por comercialização não era tributada, pois, recebia incentivo do Governo do Estado, por meio do regime simplificado de tributação “RONDÔNIA SIMPLES” faixa I (Decreto n.º 8.945/99/RO).

A partir da vigência da Lei Complementar n.º 123/2006, as empresas optantes são contribuintes do ICMS na alíquota global do Simples Nacional e continuam sujeitas ao recolhimento do ICMS diferencial de alíquota nas operações de compras interestadual, de acordo com o Decreto n.º 13066/2007, passando então as empresas a contribuir para o ICMS de duas formas. Assim é importante saber quanto a empresa em estudo pagaria de impostos na esfera estadual e federal, na modalidade do simples federal.

Os dados utilizados para calcular o ICMS diferencial de alíquota foram extraídos do anexo E deste trabalho.

QUADRO 6 – CÁLCULO DO SIMPLES FEDERAL

| Mês | Faturamento/ Vendas | Receita Acumulada | Alíquota | Imposto Simples Federal S/ICMS | ICMS Diferencial de Alíquota | Simples Federal C/ICMS |
|--------------|------------------------|----------------------|----------|--------------------------------------|------------------------------------|------------------------------|
| 06/2007 | ----- | 30.030,86 | ----- | ----- | ----- | ----- |
| 07/2007 | 76.531,22 | 106.562,08 | 5% | 3.826,56 | 368,76 | 4.195,32 |
| 08/2007 | 9.084,59 | 115.646,67 | 5% | 454,23 | ----- | 454,23 |
| 09/2007 | 6.540,53 | 122.187,20 | 5,4% | 353,19 | 84,61 | 437,80 |
| 10/2007 | 7.208,75 | 129.395,95 | 5,4% | 389,27 | ----- | 389,27 |
| 11/2007 | 6.290,67 | 135.686,62 | 5,4% | 339,70 | 724,66 | 1.064,36 |
| 12/2007 | 7.867,91 | 143.554,53 | 5,4% | 424,87 | ----- | 424,87 |
| 01/2008 | 3.810,65 | 3.810,65 | 3% | 114,32 | ----- | 114,32 |
| 02/2008 | 2.422,33 | 6.232,98 | 3% | 72,67 | ----- | 72,67 |
| 03/2008 | 2.282,40 | 8.515,38 | 3% | 68,47 | ----- | 68,47 |
| Total | | | | R\$ 6.043,28 | R\$ 1.178,03 | R\$ 7.221,31 |

A partir de 01.07.2007, passa a vigorar a Lei Complementar n.º 123/2006 que instituiu o Simples Nacional, e a alíquota de aplicação do imposto passa a ser determinada com base na receita bruta acumulada nos últimos 12 meses anteriores ao mês de apuração do Simples Nacional (§ 1º, art. 18, LC 123/2006). Em caso de início de atividades no mesmo ano os valores de receita bruta acumulada, devem ser proporcionais ao número de meses de atividade no período (LEI GERAL, 2006).

O quadro 7 evidencia o cálculo e o valor do imposto apurado na modalidade de tributação do Simples Nacional. A alíquota aplicada será de acordo com a tabela I, seção I, do anexo I da Lei Complementar n.º 123/2006, por serem receitas decorrentes da revenda de mercadorias não sujeita à substituição tributária, constante no anexo F deste trabalho.

O ICMS diferencial de alíquota também está evidenciado no quadro 7, para fins de comparação com o cálculo do Simples Federal, substituído pela Lei Complementar n.º 123/2006, além do ICMS já previsto na alíquota global do Simples Nacional.

QUADRO 7 – CÁLCULO DO SIMPLES NACIONAL

| Mês de Apuração | Faturamento/ Receita Bruta do mês | Receita Bruta Acumulada dos 12 meses anteriores Proporcionais ao numero de meses | Alíquota | Simples Nacional C/ICMS na alíquota global e S/ICMS Dif. de alíquota. | ICMS Diferencial de Alíquota | Simples Nacional c/ ICMS alíquota global e C/ICMS diferencial de alíquota |
|-----------------|-----------------------------------|--|----------|---|------------------------------|---|
| 07/2007 | 76.531,22 | 90.092,58 | 4% | 3.061,25 | 368,76 | 3.430,01 |
| 08/2007 | 9.084,59 | 255.748,99 | 6,84% | 621,39 | ----- | 621,39 |
| 09/2007 | 6.540,53 | 231.293,34 | 5,47% | 357,77 | 84,61 | 442,38 |
| 10/2007 | 7.208,75 | 209.463,77 | 5,47% | 394,32 | ----- | 394,32 |
| 11/2007 | 6.290,67 | 194.093,93 | 5,47% | 344,10 | 724,66 | 1.068,76 |
| 12/2007 | 7.867,91 | 180.915,49 | 5,47% | 430,37 | ----- | 430,37 |
| 01/2008 | 3.810,65 | 172.265,44 | 5,47% | 208,44 | ----- | 208,44 |
| 02/2008 | 2.422,33 | 160.762,01 | 5,47% | 132,50 | ----- | 132,50 |
| 03/2008 | 2.282,40 | 149.787,51 | 5,47% | 124,85 | ----- | 124,85 |
| Total | | | | R\$ 5.674,99 | R\$ 1.178,03 | R\$ 6.853,02 |

Fonte: Trilha Comércio de Calçados e Confecções LTDA - ME.

Observa-se no quadro 6 e 7, que o ICMS diferencial de alíquota não alterou a tributação da empresa, pois, o mesmo foi somente mantido pelo Estado de Rondônia com a Lei do Simples Nacional.

No estudo de caso proposto, a empresa Trilha Comércio de Calçados e Confecções LTDA ME, iniciou suas atividades no próprio ano-calendário da opção do Simples Nacional, em 14/03/2007, e para efeito de determinação das alíquotas, considerou a receita bruta acumulada proporcional ao número de meses em atividade no período.

O quadro 8 traz um comparativo entre os impostos calculados pela tributação do Simples Nacional e Simples Federal.

QUADRO 8 – COMPARATIVO DOS IMPOSTOS PELO SIMPLES FEDERAL E SIMPLES NACIONAL

| MESES | SIMPLES FEDERAL VIGOR ATÉ 30.06.2007 | SIMPLES NACIONAL ALÍQUOTA GLOBAL A PARTIR DE 01.07.2007 |
|---------|--------------------------------------|---|
| 07/2007 | 3.826,56 | 3.061,25 |
| 08/2007 | 454,23 | 621,39 |
| 09/2007 | 353,19 | 357,77 |
| 10/2007 | 389,27 | 394,32 |
| 11/2007 | 339,70 | 344,10 |
| 12/2007 | 424,87 | 430,37 |
| 01/2008 | 114,32 | 208,44 |
| 02/2008 | 72,67 | 132,50 |
| 03/2008 | 68,47 | 124,85 |
| TOTAL | R\$ 6.043,28 | R\$ 5.674,99 |

Fonte: Elaborado pela autora (2008).

Para melhor visualização da análise comparativa dos resultados obtidos pela empresa após opção de tributação pelo Simples Nacional, será apresentado em separado, demonstrativo de resultado evidenciando a tributação pelo simples Federal e pelo Simples Nacional.

Demonstrativo de resultado do período: julho de 2007 à março de 2008, evidenciando o Simples Federal na dedução da receita bruta, sem o diferencial de alíquota, pois o mesmo faz parte do custo da mercadoria, visando a apuração do lucro no período em estudo.

Trilha Comércio de Calçados e Confecções LTDA – ME julho/2007 a março/2008

| | |
|--|------------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | |
| Vendas de Produtos | 122.039,05 |
| (-) DEDUÇÃO DAS VENDAS/SERVIÇOS | |
| Impostos s/vendas e serviços | 6.043,28 |
| =Receita Líquida | 115.995,77 |
| CUSTOS DAS VENDAS | |
| Custos das Vendas | 12.200,60 |
| =Lucro Bruto | 103.795,17 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | (56.615,28) |
| Despesas com pessoal | 42.189,56 |
| Despesas administrativas | 12.129,75 |
| Despesas Financeiras | 16,16 |
| Despesas Tributárias | 2.279,81 |
| =Resultado Operacional | 47.179,89 |
| =Lucro Líquido do Exercício | 47.179,89 |

Fonte: Trilha Comércio de Calçados e Confecções Ltda.

Demonstrativo de resultado do período: julho de 2007 à março de 2008, evidenciando o Simples Nacional na dedução da receita bruta, sem o diferencial de alíquota, pois o mesmo faz parte do custo da mercadoria, visando verificar nesta modalidade de tributação, qual o lucro da empresa.

Trilha Comércio de Calçados e Confecções LTDA – ME julho/2007 a março/2008

| | |
|--|------------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | |
| Vendas de Produtos | 122.039,05 |
| (-) DEDUÇÃO DAS VENDAS/SERVIÇOS | |
| Impostos s/vendas e serviços | 5.674,99 |
| =Receita Líquida | 116.364,06 |
| CUSTOS DAS VENDAS | |
| Custos das Vendas | 12.200,60 |
| =Lucro Bruto | 104.163,46 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | (56.615,28) |
| Despesas com pessoal | 42.189,56 |
| Despesas administrativas | 12.129,75 |
| Despesas Financeiras | 16,16 |
| Despesas Tributárias | 2.279,81 |
| =Resultado Operacional | 47.548,18 |
| =Lucro Líquido do Exercício | 47.548,18 |

Fonte: Trilha Comércio de Calçados e Confecções Ltda.

Analisando os demonstrativos, verificou-se que o Simples Nacional proporcionou mais lucro para a empresa em estudo do que a tributação pelo Simples Federal.

A figura 1 demonstra que a empresa “Trilha Comércio de Calçados e Confecções LTDA – ME”, com base nos dados fornecidos, apresentou diminuição na carga tributária de aproximadamente 6,49% com a instituição do Simples Nacional.

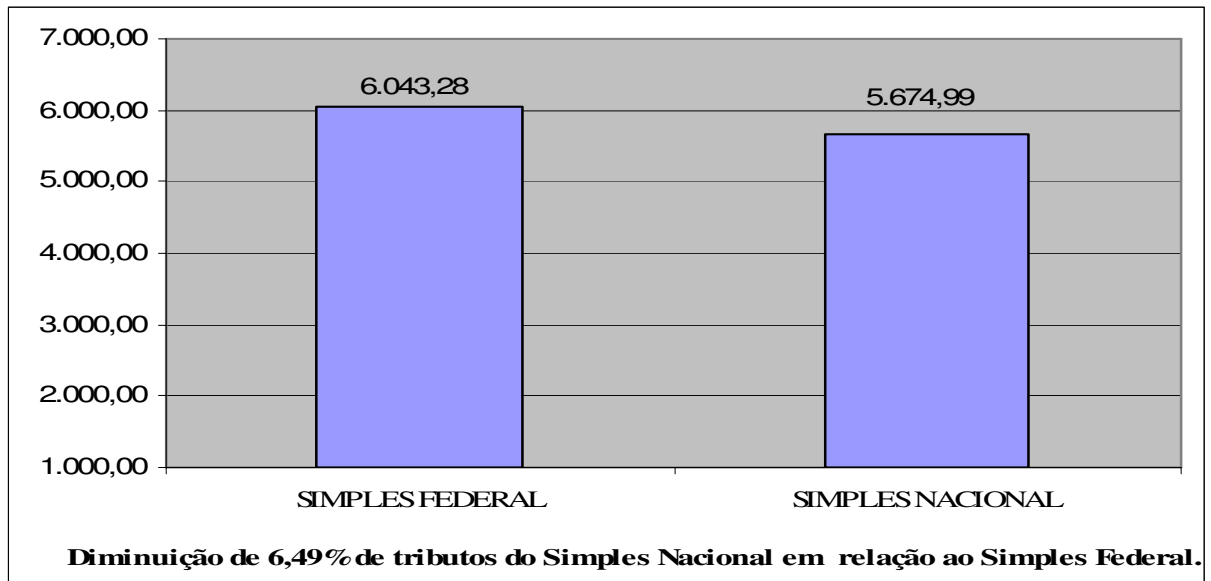


Figura 1: Comparativo – Cálculo do Simples Federal e Simples Nacional, período 07.2007 a 03.2008.
Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando a figura 2, pode-se observar um aumento de aproximadamente 0,78% no Lucro Líquido da empresa “Trilha Comércio de Calçados e Confecções LTDA – ME”, após opção pelo Simples Nacional. A vigência da Lei Complementar n.º 123/2006 trouxe redução de carga tributária na empresa em estudo e consequentemente aumentou seus lucros.

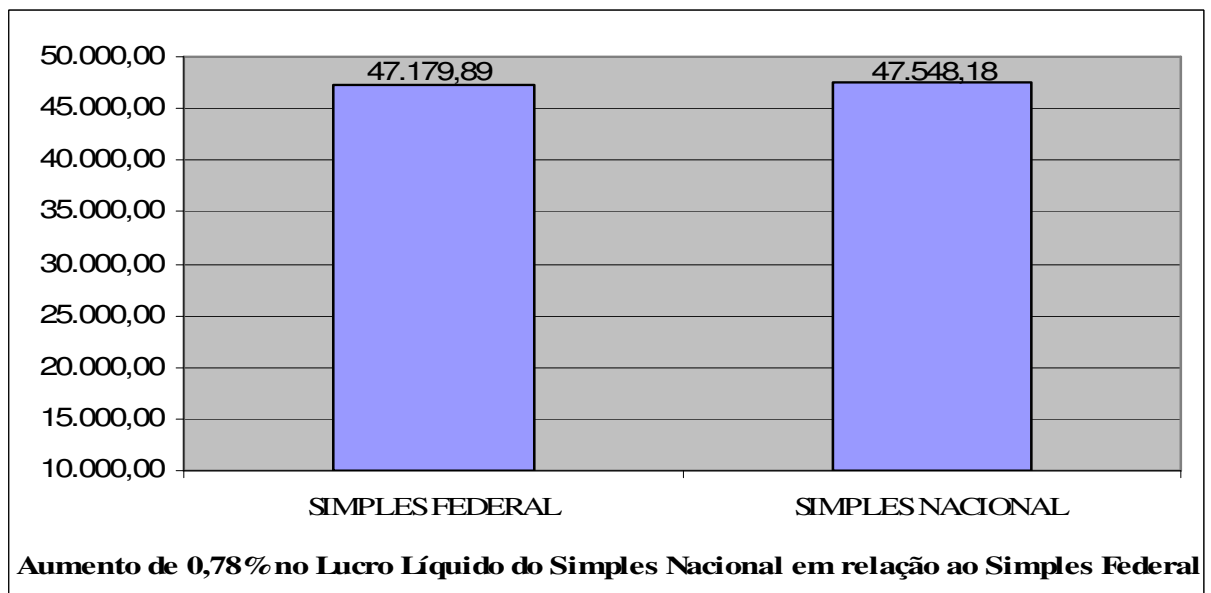


Figura 2: Comparativo - Lucro Líquido no Simples Federal e Simples Nacional, período 07.2007 a 03.2008.
Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar das Micro e Pequenas Empresas continuarem pagando o ICMS diferencial de alíquota nas compras interestaduais, após a instituição do Simples Nacional, e estar também

recolhendo ICMS na alíquota global, verificou-se que para a empresa pesquisada houve uma diminuição na carga tributária nesta modalidade de tributação. As empresas contam também com vantagens trazidas pela nova lei facilitando a operacionalização dos pequenos empreendimentos e proporcionar expectativas de longevidade dos negócios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a complexidade do sistema tributário nacional, e a alta carga tributária brasileira que atinge principalmente as micro e pequenas empresas do país, faz-se necessário um estudo da melhor forma de enquadramento do regime de tributação, para a empresa obter maior vantagem competitiva e conseguir a redução de tributos para incrementar a lucratividade.

A Lei Complementar nº. 123/2006 que instituiu o Simples Nacional veio para proporcionar ao pequeno empresário redução e simplificação do recolhimento dos tributos devido pelas micro e pequenas empresas, bem como trouxe inovações que facilitam o acesso ao crédito, ao associativismo, à tecnologia e preferência nas licitações públicas, Como também proporcionar a diminuição dos obstáculos burocráticos, possibilitando ao pequeno empresário fortalecer os negócios e manter-se no mercado com competitividade.

A pesquisa demonstrou que para a empresa pesquisada, a carga tributária ficou menos onerosa, diminuindo em aproximadamente 6,49% em relação ao sistema de tributação do Simples Federal e conseqüentemente refletindo em seus resultados, o aumento de 0,78% no Lucro Líquido.

Ficou demonstrado que o correto enquadramento de regime tributário pode ser um diferencial no planejamento da empresa para a economia fiscal de tributos, que tanto prejudica os pequenos empreendimentos. Portanto, é necessário analisar bem o diagnóstico da empresa e fazer simulações com os outros tipos de tributação, para se ter certeza qual a opção é mais vantajosa.

Por fim, ressalta-se a importante contribuição do contador no processo de orientação nas tomadas de decisão das empresas, bem como para os acadêmicos de Ciências Contábeis e Administração, pois o direcionamento adequado das ações de planejamento fiscal pode proporcionar economia de tributos, bem como melhoria nos resultados.

O tema deste trabalho não se esgota e merece ser mais aprofundado, já que a Lei complementar nº. 123/2006 sofreu constantes alterações desde sua implantação, pela sua

complexidade e mudanças que devem surgir motivadas pelos contribuintes, entidades representativas e pela fiscalização.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ronaldo Rezende Aparecido. **Reforma tributária: Desafios e Perspectivas.** Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em ciências contábeis)- Fundação Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2007a.

ANDRADE, Joelso T. **Atualização tributária Simples Nacional na Prática.** SEBRAE, Presidente Médici, 2007 b.

BARBOSA, Luiz Carlos. **Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.** Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Brasília – DF. p. 8, 2007.

BNDES. **Porte de empresa.** Disponível em:
<<http://www.bndes.gov.br/clientes/porte/porte.asp>>. Acesso em: 24 abril 2008.

BOMFIM, Sonia de Souza. **Responsabilidade social empresarial nas micro e pequenas empresas do distrito federal mais encargos ou vantagem competitiva?** (Mestrado Curso MBA em Estratégia Empresarial)- Fundação Getúlio Vargas – FGV Management, Brasília, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 9.317, de 5 de dezembro de 1996.** Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/Ant2001/lei931796.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999,** Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9841.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2007.

CORRÊA, Alan Cesar Monteiro. **Planejamento Tributário: ferramenta estratégica da gestão empresarial.** RBC – Revista Brasileira de Contabilidade, São Paulo, n. 158, mar/abril 2006. p. 58.

GARRAFIEL, Simone. **Menos Obstáculos para Micro e Pequenas Empresas**. Jornal do Comércio – RJ, 27.11.2006. Disponível em: <<http://www.uasf.sebrae.com.br/uasfgestao/uasfnoticias/nov2006/not1562>>. Acesso em: 27 abril 2008.

IBGE. **As Micro e Pequenas Empresas Comerciais e de Serviços no Brasil**. – Rio de Janeiro, 2003.

INDRIUNAS, Luís. **"HowStuffWorks - Como funcionam as micro e pequenas empresas"**. Publicado em 14 de junho de 2007 (atualizado em 03 de setembro de 2007). Disponível em: <<http://empresasefinancas.hsw.uol.com.br/micro-e-pequenas-empresas-no-brasil3.htm>>. Acesso em: 26 de abril de 2008.

IBPT. **Carga Tributária atinge o índice de 36,8% em 2007, crescendo mais de 1 ponto percentual**. Estudos do IBPT, 12.03.2008. Disponível em: <http://www.tributarista.org.br/home/publicacao.list.php?publicacaotipo_id=2>. Acesso em: 27 abril 2008.

ONO, Juliana M.O, GEOVANINI, Daniela, OLIVEIRA, Fábio Rodrigues de. **Manual Prático do Simples Nacional**. 2º ed. Fiscosoft. São Paulo, 2008.

OKAMOTTO, Paulo. **Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios**. Sebrae – Boletim do Empreendedor. São Paulo: Globo, n. 224, p.114, Setembro de 2007.

PORTAL TRIBUTÁRIO. **Imposto de renda - Pessoa Jurídica**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/tributos/irpj.html>>. Acesso em: 28 abril 2008.

PEQUENAS EMPRESAS & GRANDES NEGÓCIOS. Sebrae – **Boletim do Empreendedor**. São Paulo: Globo, n. 224, p.114, e p. 108, setembro 2007.

RECEITA FEDERAL. **Lei n.º 5. 172, de 25 de Outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e Institui Normas Gerais de Direito Tributário Aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/CodTributNaci/ctn.htm>>. Acesso em: 27 abril 2008.

RECEITA FEDERAL. **Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; e revoga as Leis n.º 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.htm>>. Acesso em: 04 maio 2008.

RECEITA FEDERAL. **Lei Complementar n.º 127, de 14 de agosto de 2007 (DOU de 15.8.2007)**. Altera a Lei Complementar n.º 123, 14 de dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/legislacao/LeisComplementares/leicp127.asp>>. Acesso em: 28 abril 2008.

SEBRAE. **Crítérios e conceitos para classificação de empresas**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/bia-97-criterios-e-conceitos-para-classificacao-de-empresas/BIA_97/integra_bia>. Acesso em: 24 abr. 2008.

SEBRAE. **Boletim Estatístico de Micro e Pequena Empresa. 2005**. Disponível em: <[http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/03DE0485DB219CDE0325701B004CBD01/\\$File/NT000A8E66.pdf](http://www.dce.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/03DE0485DB219CDE0325701B004CBD01/$File/NT000A8E66.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2008.

SEBRAE. **Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade das MPE 2005**. Volume III. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/D69C58A809DEF79F832573460064EBF4/\\$File/NT00036036.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/D69C58A809DEF79F832573460064EBF4/$File/NT00036036.pdf)>. Acesso em: 06 jun.2008.

SEBRAE. **O que muda com a lei**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/lei-geral/lei-geral/o-que-muda-com-a-lei>>. Acesso em: 08 jun. 2008.

SEBRAE. **Guia do prefeito empreendedor**. n.º 2/2007, p.8, p. 26. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/D6A56CED2D24D458832572C800504609/\\$File/NT000351EE.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/D6A56CED2D24D458832572C800504609/$File/NT000351EE.pdf)>. Acesso em: 02 maio 2008.

SILVA, João Paulo Lima e. **Guia do prefeito empreendedor**. N.º 2/2007, p.30. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/D6A56CED2D24D458832572C800504609/\\$File/NT000351EE.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/D6A56CED2D24D458832572C800504609/$File/NT000351EE.pdf)>. Acesso em: 02 maio 2008.

SEFIN. **Decreto n.º 13.066/2007, de 10 de agosto de 2007**. Disponível em: <<http://www.sefin.ro.gov.br/arquivos/legislacao/decretos/Dec13066-07.doc>>. Acesso em: 02 maio 2008.

SEFIN. **Decreto n.º 8.945, de 30 de dezembro de 1999**. Disponível em: <<http://www.sefin.ro.gov.br/arquivos/legislacao/decretos/Dec8945-99.doc>>. Acesso em: 02 maio 2008.

TRILHA COMÉRCIO DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA ME. **Demonstrações e relatórios Contábeis**, Cacoal, 2008.

VIZIA, De Bruno. **Brasil tem mais de 10 milhões de empresas na informalidade.**

06.10.2006. Disponível em:

<<http://www.uasf.sebrae.com.br/uasfgestao/uasfnoticias/out06/not1347>>. Acesso em: 20 abril 2008.

WIKIPÉDIA. **Tributos na Brasil.** Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Tributo>>.

Acesso em 04 maio 2008.

OBRAS CONSULTADAS

PORTAL TRIBUTÁRIO. SIMPLES FEDERAL – APURAÇÃO DO VALOR A RECOLHER ATÉ 30.06.2007. Disponível

em:<http://www.portaltributario.com.br/guia/simples_vl_recolher.html> . Acesso em: 08 jun. 2008.